

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2019

(Do Sr. ALEXIS FONTEYNE)

Requer a inclusão de convidados para participarem da audiência pública derivada do Requerimento 9/2019 CMO, com o objetivo de debater o financiamento e o retorno do investimento em ações relacionadas à Primeira Infância.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência a inclusão da convidada abaixo relacionada para participarem da reunião de audiência pública derivada do requerimento nº 9/2019 CMO, com o objetivo de debater a destinação de recursos a ações diretamente direcionadas ou indiretamente relacionadas com a Primeira Infância e as previsões de retorno sobre o investimento realizado pelo Estado a longo prazo:

- **CLAUDIA VIDIGAL, Ex-presidente do Conanda, Fundadora do Instituto Fazendo História, atual Representante da Fundação Bernard van Leer no Brasil**

JUSTIFICAÇÃO

A Primeira Infância, que compreende o período da vida que vai dos zero aos seis anos de idade, é considerado pelos cientistas como o mais crucial na formação e no desenvolvimento do ser humano, com impactos em toda a sua vida. Nesse período o cérebro está aprendendo e estabelecendo um enorme número de sinapses que passarão a estabelecer a sua estrutura psicossocial. Por isso, um desenvolvimento infantil saudável tem condições de tornar o indivíduo mais preparado para a vida adulta, menos violento, mais criativo, com possibilidade de alcançar níveis mais elevados de escolaridade, conhecimento e habilidades para a vida.

O Marco Legal da Primeira Infância, Lei 13.257, de 8 de março de 2016, é o reconhecimento do estado brasileiro da importância das ações voltadas à faixa etária dos zero a seis anos, que funciona como uma janela de oportunidades para o indivíduo, o estado e a família. Atualmente, o programa Criança Feliz é uma das estratégias do Estado para garantir o desenvolvimento infantil saudável. No entanto, outras ações são estabelecidas pelo Marco Legal que precisam também ser implantadas e inúmeros estados e municípios carecem de apoio financeiro para que possam criar e implementar seus Planos Municipais da Primeira Infância.

Economistas, como James Heckmann, têm afirmado que o investimento na Primeira Infância traz economia para o Estado a longo prazo, com redução de despesas em áreas como Assistência Social, Educação, Segurança e Saúde, hoje altamente dependentes do Orçamento Público. Por isso, se desejamos um país economicamente eficiente, é necessário compreender quais áreas estratégias devem receber investimentos, dentro de uma programação estratégica de futuro.

Para enriquecer o debate, solicitamos a inclusão de Cláudia Vidigal, com vasta experiência profissional relacionada ao tema e uma vida inteira dedicada à primeira infância. Para isso, conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das sessões, 11 de setembro de 2019

Deputado ALEXIS FONTEYNE

NOVO-SP